



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 20 / 05 / 2022

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

MARDEN MENESSES - PP

para relatar.

Em 13 / 10 / 22

Presidente da Comissão de Segurança  
Pública

Antônio Henrique de Carvalho Pires  
DEPUTADO ESTADUAL

# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

## GABINETE DO DEPUTADO MARDEN MENEZES COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

---

Processo: AL - 28200/2022.

Autor: Deputado Julio Arcoverde

Relator: Deputado Marden Menezes

Assunto: Concede Título Cidadania Piauiense a Senhora Adriane Radecki Ziegert, e da outras providências.

### I - RELATÓRIO

Apresento, de acordo com os arts. 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno desta Casa, parecer onde examinamos a constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo que concede Título de Cidadania Piauiense a Senhora Adriane Radecki Ziegert, sendo a iniciativa da proposição de autoria do nobre Dep. Julio Arcoverde, conforme estabelece o art. 105, I do Regimento Interno.

A concessão de título de cidadão piauiense é o reconhecimento de todo o povo deste Estado ao trabalho e dedicação da homenageada que é arquiteta e urbanista formada pela Universidade Estadual de Londrina, no Paraná.

Criadora e administradora da Agência de Publicidade Rural Brasil. Atuou durante mais de 20 anos no mercado publicitário no Paraná e em São Paulo, sendo premiada com selo ouro, pela Campanha para a empresa Fort Dodge saúde animal.

Em 2012, ao lado do marido Bob, passou a administrar o empreendimento turístico BOB Z, hoje um dos mais conceituados e visitados Resort do Nordeste Brasileiro, localizado no litoral piauiense.

Está a 11 anos no Piauí e é apaixonada pelo Estado, contribui com a economia através das empresas que é proprietária nos setores de lavanderia, locação e limpeza.

de autoria do nobre Dep. Julio Arcoverde, conforme estabelece o art. 105, I do Regimento Interno.

Contudo, devemos verificar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposição ora apresentada.

Eis o relatório.

Relator: Deputado Marden Menezes

## II – VOTO DO RELATOR

Para tanto, apresento, de acordo com os arts. 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno desta Casa, parecer onde examinamos a constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo que ora encontra-se sob análise.

A função legislativa está sendo exercida por proposição que se enquadra no rol das constituídas pelo art. 96, “e” e art. 105, § 5º do Regimento Interno.

Ao aprofundar o exame da proposição pontuo que não foi encontrado nenhum óbice elencado no art. 97 do Regimento Interno.

Verificou-se, ainda, que não existem impedimentos legais para iniciativa de tal propositura, segundo art. 75 da Carta Estadual, ao passo que sugerimos pelo acatamento do Projeto de Decreto Legislativo.

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa legiferante do nobre colega Parlamentar, Dep. Julio Arcoverde, a boa técnica legislativa da proposição, manifesto-me favoravelmente à sua aprovação.

Este é o meu parecer.

## III – PARECER DA COMISSÃO


Em discussão, em votação:

elencado no art. 137 do Regimento Interno.

Pelo acatamento ( X )

Pela rejeição (   )

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 09 de junho de 2022.

  
**MARDEN MENEZES**  
Deputado Estadual/Progressistas

